

● *Tema da Semana*

SAÚDE DO SERVIDOR

Governo fará pesquisa para avaliar situação

Todos os servidores públicos federais estão recebendo, nesta semana, junto com seus contracheques de outubro, um questionário para saber sua opinião sobre assuntos que acabam influenciando na sua saúde. O objetivo é avaliar o grau de satisfação e as expectativas dos servidores com relação ao seu ambiente de trabalho, ao atendimento à saúde e outros assuntos que também influenciam no seu bem-estar.

Os questionários respondidos devem ser entregues, dentro do prazo de 15 dias, no setor de Recursos Humanos e/ou de Pessoal do seu órgão, sem identificação, de onde serão encaminhados à Coordenação Geral de Seguridade Social (CGSS). O questionário está também disponível na edição nº 19 de **CONTATO**, em www.servidor.gov.br, para fazer download nas versões de arquivo PDF ou Excel.

A CGSS foi instaurada este ano na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e tem por missão a implementação de uma Política de Seguridade Social voltada para o servidor público federal, promovendo o seu bem-estar físico, psíquico e social, por meio de ações e programas de assistência e atendimento às suas necessidades.

Também está sendo encaminhado aos setores de

RH e de Pessoal de todos os órgãos da Administração Pública Federal um questionário solicitando informações quanto ao atendimento prestado à saúde dos servidores. A Coordenação quer fazer um levantamento sobre perícia médica; que outros serviços são disponibilizados ao servidor; e se existe algum tipo de plano e/ou convênio de prestação de serviços de saúde suplementar. No caso de haver, deve ser enviada cópia do contrato que tenha sido firmado.

As informações serão analisadas e servirão de base para a definição da Política de Seguridade Social, que também será discutida com as entidades sindicais representativas dos servidores, no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

“Hoje não existe um levantamento sobre a realidade da saúde do servidor público”, comenta o diretor de Programas Especiais da Secretaria de Recursos Humanos, Vladimir Nepomuceno. “Há apenas levantamentos empíricos, sem base científica, do grau de adoecimento do servidor público. O nosso objetivo é manter o servidor saudável e não apenas tratá-lo quando adocece. Para isso, é preciso adotar uma política de assistência social como promoção à saúde, com ações preventivas, de acompanhamento, tanto do ponto de vista clínico quanto psicológico”, completa ele, lembrando que um dos fatores mais preocupantes hoje é o alto índice de aposentadorias por invalidez, em torno de 25%, sem que sejam averiguadas as causas do adoecimento nem tampouco se estabeleça uma possível relação entre esse adoecimento e o tipo de trabalho do servidor.

Em Destaque

OUVIDORIA DO SERVIDOR É SUCESSO

Serviço é inaugurado e recebe inúmeras mensagens

Com mensagens do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, a Ouvidoria do Servidor, inaugurada no dia do servidor, já registrou nos quatro primeiros dias de funcionamento mais de 5.500 acessos e 230 mensagens de elogio à iniciativa, sugestões de



melhoria de órgãos públicos, críticas ao atendimento, entre outras.

A Ouvidoria do Servidor é um canal de comunicação direto aberto pelo governo para o encaminhamento de “sugestões, elogios, críticas e reclamações, ajudando a contribuir para a transparência, a ética e a melhoria

contínua dos serviços públicos”, afirma o presidente Lula.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, diz em sua mensagem que, com a Ouvidoria, o governo está “abrindo mais um canal de diálogo com os servidores e tornando mais transparentes as relações entre Estado e sociedade”.

● É de direito

LICENÇA POR DOENÇA NA FAMÍLIA

Grau de parentesco e enfermidade devem ser comprovados

O servidor público federal faz jus à licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta, enteado ou dependente que viva às suas custas (desde que conste de seus assentamentos funcionais), sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo até 30 dias, podendo ser prorrogada por mais 30 dias. Acima dos 60 dias iniciais, a licença será concedida sem remuneração até o prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Para ter direito, o servidor deve fazer o requerimento da licença, além de confirmar o parentesco. Deve também comprovar a doença do familiar por meio de junta médica oficial. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, ou mediante compensação de horário, conforme prevê o art. 83, da Lei nº 8.112/90.

Fala Servidor!

SENHOR EDITOR,

Tirei recentemente meu primeiro período de férias do exercício de 2003 e percebi que no meu contracheque veio descontado um valor denominado Contribuição PSS-Férias. Existe algum parecer ou decisão da Administração sobre esse desconto? Acho que há um parecer da própria Administração afirmando não ser legal o desconto do Plano de Seguridade Social sobre 1/3 de férias. Estou correto?

Alexandre Gomes
Receita Federal

PREZADO SERVIDOR,

Não há parecer da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão indicando a não cobrança. A incidência do desconto para o PSS sobre férias está correta.

Equipe Contato

Em Destaque

MNNP VOLTA A SE REUNIR

Governo e servidores juntos novamente para debates

Governo e servidores voltam a se reunir no próximo dia 19 em torno da Mesa Nacional de Negociação Permanente, depois de um intervalo de quase cinco meses. Nesse período, as discussões foram retomadas no âmbito das comissões temáticas e das mesas setoriais.

Na reunião da Mesa Nacional, que tem caráter deliberativo, alguns temas já estão propostos como pauta: as bases conceituais do sistema de negociação permanente no âmbito do serviço público; o regimento das mesas setoriais, integrantes da estrutura vertical da Mesa Nacional de

Negociação Permanente; apreciação de solicitação de ingresso de novas entidades; e instalação de mesas setoriais, além da aprovação do calendário de discussão dos demais temas.

Na Comissão Temática de Direitos Sindicais, que também faz parte da MNNP, serão discutidas as questões que dizem respeito aos servidores públicos com relação ao direito de greve, à negociação de conflitos, à organização sindical e demais temas inerentes ao sistema de negociação permanente.

“Não estamos fazendo um Projeto de Lei pronto e acabado para ser enviado ao Congresso, como sempre ocorreu. Estamos construindo esse modelo juntos: governo e entidades sindicais. Portanto, demanda algum tempo”, comenta a secretária de Recursos Humanos, Cláudia Duranti.

Cidadão, fique atualizado sobre as ações mais importantes do governo federal: Escreva para emquestao@secom.planalto.gov.br e assine.

em questão

<http://www.brasil.gov.br/emquestao>

CONTATO

é um informativo dirigido aos servidores públicos federais. Ele é editado pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para sugestões, perguntas ou cancelamento do recebimento deste boletim, preencha o formulário disponível em http://www.servidor.gov.br/contato/fale_conosco/fale.htm